



ISSN 1981 - 3031

A MORALIDADE SERTANEJA NA ESCOLARIZAÇÃO DE IDOSOS (1920-1930)

Larissa dos Santos Estevão (UFAL)
laure_estevao@hotmail.com
Aline Neyde de Lima Paz (UFAL)

Resumo

Na intenção de aprofundar a história da educação rural do Estado de Alagoas, com base em relatos de idosos alagoanos nascidos entre as décadas de 1920 e 1930, este texto apresenta traços da educação rural e sua moralidade no depoimento de idosos para compreender mais especificamente como se associavam a educação moral sertaneja na escolarização a ela destinada. Do ponto de vista metodológico foi utilizada a História Oral com base nos estudos de Thompson (1992), Bosi (1994) e Jucá (2003). A opção por esta forma de pesquisa se deu por tratar-se de um grupo social de idosos acima de 80 anos pertencente à zona rural, de pouca visibilidade social, em geral, esquecidos pela história escrita. Este estudo revela que as noções de escola vão sendo alteradas na medida em que esta se encontra próxima ou distante de casa, com as relações familiares mais rígidas ou mais frouxas, com as condições financeiras mais favoráveis ou não. Ora a escola se apresenta como lugar de fuga do trabalho da roça, ora como lugar de redenção ou mesmo como um espaço estranho onde apenas era frequentada por obrigação, o que reforça uma das passagens da obra a *Infância* (1998) do romancista alagoano Graciliano Ramos.

Palavras – chave: Moralidade - Escola rural - Memória

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO

*A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta,
procura salvar o passado para servir o futuro. (GOFF, J. Le)*

O estudo da Escola de *Annales* tem nos permitido trilhar caminhos alternativos na área de história da educação, quando ampliou os conceitos de fonte e tempo. O cotidiano de pessoas anônimas passou a merecer o interesse dos pesquisadores, por

terem um poder de revelação extraordinário do passado. Para este propósito a História Oral tem ajudado neste trabalho de escutar as trajetórias de vida silenciadas pela escrita. A nossa pesquisa, particularmente, privilegia as fontes orais, mais especificamente a memória de idosos que viveram na zona rural de Alagoas, a respeito de suas lembranças sobre educação e escolarização.

A História Oral, segundo Jucá (2003, p.42), nasce no século XX numa época de grande mobilidade social:

O despertar da história Oral ocorreu a partir dos anos sessenta, associado aos movimentos contestatórios, que teriam continuidade na década seguinte. [...] Desde o século XIX, quando a História se firmara no campo científico, as fontes orais tinham sido afastadas do roteiro do pesquisador, que pretendia ser reconhecido como um profissional apoiado na autenticidade das fontes escritas. [...] A simpatia pelas culturas populares ganhou espaço na literatura em pleno século XIX, na tentativa de preservá-la ante a ameaça do progresso, que suplantava a permanência das velhas tradições.

A escolha por esta metodologia significa ter também uma concepção de sujeitos sociais: o valor de seu saber na construção do saber científico, quaisquer que sejam os lugares por eles ocupados. Entretanto, tal como qualquer fonte a oralidade precisa de desconfiança do pesquisador. Por não tratar-se de verdades acabadas, ela deve ser tomada pelo lugar social ocupado pelo sujeito que fala. Embora seja a fala de alguém historicamente excluído, marginalizados e anônimos, e que tem plena consciência desta exclusão como afirma um idoso: “[...] analfabeta é uma pessoa que sabe pouco, que tem restrições por não saber ler, escrever. Só se sabe mesmo de suas experiências de vida. É praticamente uma pessoa excluída, sorte daquele que tem estudo”. As reminiscências dos sujeitos de todas as classes sociais são importantes para ajudar na compreensão do passado, aqui em particular, da história da educação rural.

A memória, por ter esse caráter retalhado, móvel, mais subjetivo, sem necessidade de validação que desperta suspeitas e descrenças por parte daqueles que buscam a verdade única, absoluta e objetiva, que buscam fazer uma cópia do passado e não apenas uma leitura, uma representação dele. Foucault afirma que:

(...) nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar (apud MESQUITA, 2001, p. 136).

Podemos observar que a memória faz parte da construção histórica, mas não é a

História em si. Ela é um rico documento, um vestígio, ela é uma versão da História. Essa importância dada à oralidade propõe um rompimento com a hierarquização da história escrita sobre a história oral e permite a reconstrução e valorização da trajetória dos homens que viveram em diversas dimensões sociais, servindo, principalmente, para recuperação da história do povo, dos menos privilegiados, não apenas dos heróis, como disse Thompson (1992, p. 44):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois, a compreensão - entre classes sociais e entre gerações.

O recurso da memória tem sido um rico elemento para a recuperação dos processos educativos de épocas passadas e é a partir do relato oral de idosos das comunidades rurais de Alagoas, que o nosso estudo busca analisar a História da Educação de nosso Estado. É por se tratar de um contexto rural que não é estranho afirmar ser uma sociedade não-alfabetizada. A educação, em geral, era dada em casa, como afirma a idosa entrevistada por AVELINO (2009), era uma educação familiar, moral, baseada, principalmente, num mundo fora do campo das letras.

Nossa intenção a respeito do tema proposto é compreender melhor as relações entre a escola rural e moral familiar sertaneja.

A MORALIDADE SERTANEJA *VERSUS* O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A VIDA URBANA

O estudo da relação entre a moralidade sertaneja e a escola teve implicações também nos desdobramentos das letras naquelas regiões distantes da vida urbana. Não apenas a ausência do estado deve explicar os motivos pelos quais a zona rural ficou esquecida neste atendimento, as famílias assim como o poder público atribuíam pouco ou nenhum valor a escolarização. No período recortado para este estudo, anos de 1920 e 1930, havia uma compreensão de pouca utilidade da escola na vida daqueles que viviam do trabalho rural. De fato, sujeitos que viviam de uma cultura agrícola de subsistência não conseguiam compreender as razões de aprender a leitura e a

escrita para compor seu universo de vida. O entendimento desse valor era apenas desenhado pelo uso ou não no mundo do trabalho.

Os temas educacionais que instigavam os centros urbanos brasileiros pareciam pertencer a outro universo. Nos anos de 1920, por exemplo, passava-se a se pensar em um novo modelo educacional, por meio da contribuição do movimento escolanovista cujas raízes encontravam-se na Europa e nos EUA. Os educadores brasileiros de destaque nacional como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira fundaram as bases desse ideário pedagógico. Todos eles falavam de um lugar: do Sudeste brasileiro.

As reformas propostas eram para alunos urbanos se prepararem para a vida industrial, democrática e do progresso da ciência, temas que eram bem estranhos ao mundo daqueles que viviam nos sertões. Diziam os reformadores, era preciso privilegiar novos conteúdos, como a ginástica, a música, o canto e, principalmente, o ensino de ciências, a fim de desenvolver o gosto pelo estudo e sua aplicação. Todos sem articulações com a vida do campo. Para tanto, o método que guiava esse aprendizado baseava-se na observação e experimentação, procurando cultivar os sentidos e o entendimento. Recomendava-se, portanto, a adoção do método intuitivo ou a colocação dos fatos e objetos para serem observados pelos alunos, no qual o conhecimento iria emergir no entendimento da criança a partir dos dados fornecidos pelo próprio objeto. Intuição, segundo os autores do método, significava a capacidade de ver e observar. O grande argumento estava na defesa do papel ativo do aluno na busca da compreensão dos fatos e conhecimentos. A escola a ser difundida deveria estar voltada para a vida, deveria estar carregada de conteúdos científicos, formando o trabalhador e o cidadão. Enfim, o ensino deveria se tornar algo concreto, nada de abstrações que tornassem a compreensão difícil para o aluno. Assim pensava Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Nunca se acreditou tanto no potencial ilimitado e regenerador da escola, como nessa época. Embora se convivesse também com certo desencanto com as letras por não mais se identificar o par povo instruído com povo probo, justo e honesto (NÓVOA). Os efeitos da Primeira Guerra mundial estavam a provar este impasse. Isto desencadeou mudanças nas formas de pensar ciência, civilidade, homem e sociedade. Entretanto, o mundo rural e a sua forma de educar tornaram-se universos desconhecidos e de pouco interesse para os urbanos.

É desse mundo rural de onde falam os sujeitos centro deste estudo. Boa parte deles era filhos e netos de pessoas analfabetas; havia uma herança de ausência das letras em seus antepassados, razão pela qual pode explicar uma das causas de se negarem a cuidar da escolarização dos filhos, mesmo quando havia escolas por perto.

Outros valores cultivavam o modo de vida da zona rural, para aqueles que se mantiveram distante das letras: a honra, o trabalho, a terra, a cultura de subsistência. Com eles a vida era conduzida.

Escutar estes sujeitos é poder revelar elementos desse universo rural tão pouco conhecido. O uso da metodologia da História Oral tem oportunizado essa escuta rica para a nossa área de História da Educação do Nordeste.

AS LEMBRANÇAS DA EDUCAÇÃO RURAL NA MEMÓRIA DOS IDOSOS ALAGOANOS

A fala dos idosos que aqui analisamos versava sobre as relações familiares com a escola, sua utilidade e os impedimentos para o estudo.

Este texto busca recuperar a riqueza da vida de pessoas idosas que viveram em zonas rurais distantes do mundo das letras, através de memórias que historicamente ficaram à margem dos registros históricos.

Relação com a Família

É muito comum associarmos o conceito de educação ao conceito de escolarização, esquecendo que quando a criança chega à escola já possui uma bagagem cultural relevante para sua formação, que provém da educação familiar. Segundo CAMBI (1999), “A família, em qualquer sociedade, é o primeiro lugar de socialização do indivíduo, onde ele aprende a reconhecer a si e aos outros,... aprende comportamentos, regras, sistemas de valores, concepções do mundo (p.80). Em se tratando da zona rural, essa cultura familiar, baseada na moralidade, afeta de forma negativa, pois em sua maioria impede a entrada das crianças na escola.

Meus pais morreram quando eu ainda era criança, lembro muito pouco deles. Foi por isso que fui criada pelos meus avós. Eles não sabiam ler nem escrever, eram um pouco ignorantes, mas eram bons. Me tratavam bem e não mim deixavam faltar nada. Mas não me deixava estudar. (A idosa)

A família rural se caracteriza pela sua forma conservadora, patriarcal e autoritária. O pai, sempre muito rígido, esbanjava autoridade, hesitavam em permitir

que seus filhos estudassem, pois estes precisavam ajudar no trabalho da roça. Já as filhas eram impedidas de ir à escola, pois para garotas a instrução servia apenas para arrumar namorado, como afirma a entrevistada por SENA (2009), quando esta a indaga sobre o motivo dela não ter estudado:

Mia fia primeiro não tinha escola perto, depois quando tava miozinha mudemo pra cidade (Capela), mas pai não se interessou, uma professora de catecismo pediu pra ele colocar a gente na escola, ele falou que não tinha condições, mesmo a professora dizendo que ia ajudar com o material, papai disse que leitura de muié é só pra querer namorar, e só colocou meus irmãos.

Os mais jovens que se sentiam movidos pelo estudo tinham na figura do pai um empecilho pelo convencimento da inutilidade das letras e da necessidade de empregar-se na força do trabalho do campo. As mães apareciam como facilitadoras desse desejo. Traduzidos em atos heróicos essas mulheres, em geral, analfabetas cuidavam de ver seus filhos seguirem outro percurso diferente do pai.

Significado da Escola

Graciliano Ramos, diretor geral da Instrução pública de Alagoas por um curto período da década de 1930, explorou em sua obra *Infância* (1945) o universo escolar da criança sertaneja, o qual se caracteriza como um mundo estranho, de coisas estranhas, escola esta que apenas servia para torturar a infância:

A escola era horrível e eu não podia negá-la, como negara o inferno. Considerei a resolução de meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras [...] Lembrei-me do professor público, austero e cabeludo, arpiei-me calculando o vigor daqueles braços. Não me defendi, não mostrei as razões que me fervilhavam na cabeça, a mágoa que me inchava o coração. Inútil qualquer resistência (RAMOS, 2008, p. 118- 119)

Na análise feita dos relatos dos idosos, podemos perceber que a escola adquiriu diversas faces. Um dos nossos entrevistados permaneceu na escola por aproximadamente seis anos e foi a sua insatisfação pelo estudo o levou a deixar cedo a escola, segundo ele, ela era um lugar estranho que apenas ia por obrigação (GRIGORIO, 2009).

Ela poderia adquirir uma feição de inutilidade, como lembra esta fala: “estudar não dava nada a ninguém” (MARTINS, 2008). É o que conta uma senhora, oriunda do sertão alagoano que não hesitou em relatar a trajetória de analfabetismo já trazida pelos pais, seguida por ela e seus irmãos. Para os pais “lugar de pobre era na roça, para trabalhar e ter o que comer”. Assim a família prosseguia numa espécie de herança do analfabetismo, num universo onde as letras tinham pouca importância. O que tinha real

importância era o trabalho, até mesmo para as crianças, como relata um senhor de 80 anos do município de Pilar – AL, “Para mim, era mais importante ficar ajudando meu pai do que ir pra escola. Apesar de o trabalho ser cansativo, eu ficava muito feliz.” (COIMBRA, 2009). Alguns pensavam de forma completamente contrária, tinham a escola como uma forma de escapar do trabalho da roça.

É através dessas diversas faces que mais uma vez se reitera a ideia de que a ausência da escola no mundo rural não é apenas uma falta do estado. A zona rural encontrava pouco sentido para as letras. Talvez mantivesse a compreensão de que somente estudava quem tinha tempo, ou o estudo para o deleite, o que faz jus ao próprio significado da palavra escola que, derivada do grego, quer dizer “lugar do ócio”.

Entretanto, em outros relatos pairava a crença de que para “ser alguém”, para “crescer na vida”, era preciso estudar, em geral, esses idosos saíram da zona rural para zona urbana. “Sempre disse aos meus filhos: Estudem para ser alguém na vida. Pensem que vocês assim poderão dá aos seus filhos aquilo que não pude dá a vocês.” (COIMBRA, 2009). A educação foi, e ainda é vista por alguns, como a solução para todos os males da sociedade. John Locke foi um dos grandes defensores desta visão de educação, afirmando que “Educar bem os próprios filhos é dever e preocupação para os pais, e o bem-estar e a prosperidade da nação dependem disso de tal maneira que eu gostaria que todos levassem a coisa a sério.” (CAMBI, 1999, p. 318). Tal discurso da escola como redenção, como vimos, nasceu cedo, no século XVII, mas ainda se mantém em vigor em pleno século XXI.

Um elemento importante dos moradores da zona rural é a importância dada à migração para a “cidade”, onde oferece uma educação considerada mais digna, com mais oportunidades para crescimento financeiro e intelectual, melhor educação e conseqüentemente melhores empregos. Devido a essas melhores oportunidades oferecidas, houve um crescimento exacerbado na migração da zona rural para a urbana, trazendo problemas para esta, pois não tinha estrutura para comportar e manter a grande quantidade de interioranos. Então, a educação rural passou a servir como meio de conter esta migração. Como afirma Costa (1931):

Já não bastam ás exigências da vida moderna saber ler, escrever e contar, ou, como se dizia vulgarmente, ler uma carta e fazer outra, a que se tem limitado a tutela do Estado. [...] O grande problema que a escola tem que resolver é educar as massas populares no sentido de sua fixação nos campos agrícolas e pastoris, do seu aparelhamento para o trabalho consciente, do seu valor como

elemento de produção e riqueza.

O relato de um senhor de 82 anos, conta que começou a estudar aos sete anos de idade, estudou todo o ensino primário numa escola pública da zona rural, migrou para a capital onde cursou o antigo ginásio. Foi em Maceió onde ele prestou vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal de Alagoas. Depois foi um dos conselheiros da ordem dos advogados no ano de 1972. Dos idosos ouvidos, este senhor é uma exceção, pois poucos chegaram a seguir para cursos universitários.

Estrutura da Escola Rural

Podemos observar algumas divergências entre a história escrita e a oral. Com a Constituição do Império de 1824, a educação foi garantida a todos, sendo reafirmada em 1827 com a Primeira Lei de Instrução Pública do país, porém estas não surtiram efeitos, a realidade rural traça um ideal diferente. Em meados da década de 1920, via-se uma grande agitação e contestação de idéias e práticas estabelecidas na organização escolar brasileira. Os educadores ligados ao movimento escolanovista denunciavam a insuficiência no atendimento escolar e os altos índices de analfabetismo. Entretanto, como vimos, tal discurso era centrado no mundo urbano e toda essa efervescência não conseguiu muitos resultados positivos, como mostra o relato da entrevistada por Bezerra (2009):

[...] nenhum dos membros de sua família frequentou a escola, e sua mãe não tinha maiores preocupações com relação a isso. De acordo com a situação vivida por ela não havia lugar para estudo, já que a vida sertaneja não atribuía valor ao estudo pelo pouco aproveitamento que faziam com relação à profissão.

Mais uma vez, com a Constituição de 1934, durante o governo Vargas, foi instituído o ensino para todos, porém não era obrigação do Estado promover esta educação, sendo passada parte, ou inteiramente a responsabilidade para a família. Sendo assim, as escolas em sua maioria eram particulares e os recursos dos pais eram poucos, consequentemente o analfabetismo continuou presente. Vale ressaltar que esta característica não é exclusiva da zona rural, porém é muito mais visível.

Na zona rural de Alagoas, as escolas não dispunham de prédios destinados ao funcionamento, o que se tinha eram casas arrançadas, sem a menor aparência de escola.

As casas escolares eram “infectos casebres”, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam deante de um individuo arvorado em professor algumas dezenas de crianças, a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silaborio, da taboada e do catecismo. Não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas comuns, de aluguel, desprovidas dos requisitos mais elementares de higiene. O mobiliário, em algumas eram

antiquíssimo, em outras era o próprio mobiliário modestíssimo do professor; em muitas, “caixas vasiaas de querosene”, e havia escolas em que os alunos se sentavam no próprio solo, [...] (COSTA, 1931)

Segundo SILVA (2009), sua entrevistada afirma que “... em Alagoas existiam apenas 17 grupos escolares, mas que oito eram instalados em casas arranjadas, sem nenhuma aparência de escola ou se querer uma estrutura física apropriada e cômoda para o ensino.”

Durante o período de 1910 a 1940, os prédios escolares passaram por reestruturação, em muitas localidades as aulas aconteciam em armazéns, e cada aluno levava seu banquinho, o que caracterizava claramente o descaso do poder público. Grigório (2009) traz as memórias de um senhor alagoano nascido em Porto Calvo: “sobre a escola, o idoso relembra toda à precariedade em sua estrutura física, as salas eram muito pequenas com um elevado número de alunos de faixa etária diferenciada”.

Conduziram-me à Rua da Palha, mas só mais tarde notei que me achava lá, numa sala pequena. Avizinham-me de uma senhora baixinha, gordinha, de cabelos brancos. Fileiras de alunos perdiam-se num aglomerado confuso. (RAMOS, 2008, p. 120)

A precariedade educacional não estava simplesmente na estrutura física, a formação intelectual dos professores também era escassa. O principal motivo segundo FREIRE (1993) era porque simplesmente quase a totalidade dos professores das séries iniciais eram mulheres e estas nascem com o dom da maternidade, elas teriam as “qualidades nativas talhadas pela natureza para a maternidade”, sendo assim não precisavam estudar muito para ensinar, pois o que elas teriam que ensinar como a criança deve se comportar diante dos adultos e fazer dessas crianças cidadãos responsáveis e moralmente correto e como a mulher já era preparada para exercer sua função de esposa e mãe, esse processo de ensino-aprendizagem se tornaria muito mais fácil para uma mulher. CAMBI (1999) descreve o papel da mãe romana, afirmando que a mulher é educada para assumir seu papel de esposa e mãe e como tal é ela que cuida da educação dos seus filhos.

Segundo a entrevistada por AVELINO (2009), os professores tinham pouca instrução e que mal sabiam o conteúdo da aula, apesar da orientação dada ser de que o professor primário fosse um profissional diplomado.

Com relação às atividades desenvolvidas pela professora, criatividade e renovação eram palavras que não tinham significado algum, segundo a entrevistada por SILVA (2009), as aulas eram bastante parecidas umas com as outras e, muitas vezes a

professora até repetia as informações. O entrevistado por GRIGÓRIO (2009) faz um relato do que acontecia nas aulas:

Em relação às atividades propostas tudo estava muito ligado ao copiar, a professora escrevia no quadro para que os alunos transcrevessem para o caderno. [...] A leitura e a escrita eram relacionadas ao uso do quadro-negro e individualmente os alunos eram convidados a tomar a lição pela professora. [...] As professoras exigiam as atividades totalmente prontas, sendo punidos aqueles que assim não as fizessem.

Ainda segundo as memórias trazidas por Grigório (2009), quase todo povo sertanejo não tinham condições de comprar o material didático e o Estado não dispunha desses materiais para distribuição, até porque a escolarização, em sua maioria, não era oferecida pelo Estado. Segundo os relatos, os materiais utilizados geralmente eram as cartilhas, ditados, caligrafia, tabuada.

(...) Tinham muitos livros impressos, que nós líamos sobre a história do Brasil o folclore da nossa região, e algumas coisas de geografia. Mas a gente também escrevia muito, tinha questionários, ditados e caligrafia pra ficar com a letra bonita. Ah, e tinha também as cartilhas pra aprender a ler direito. (CHAGAS, 2010)

Com relação ao currículo, o modelo curricular era o Paulista, ensinava-se leitura, escrita, caligrafia, geometria, aritmética, geografia e história geral e do Brasil, moral, como afirma a entrevistada por CHAGAS (2010):

“A gente aprendia muitas coisas, no início era só pra aprender a ler e a contar, mas conforme ia aprendendo, tinha outras coisas também, como História, principalmente do Brasil que eu gostava muito, era muito bom aprender aquelas coisas sobre os reis e sobre como o Brasil começou a ter presidente, e Geografia, também do Brasil, que eu não gostava muito não, era chato, eu achava que não tinha necessidade de aprender quais eram os estados e as capitais, ou como era o clima dos outros lugares. (...) Português era muito bom, a gente aprendia a ler e escrever corretamente, líamos muitos textos da época e também fazíamos muito ditado, não era como esse povo de hoje em dia que não sabe nem escrever direito não, desde cedo aprendíamos o correto, matemática era um pouco chato, mas aprendemos a realizar todas as contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, além de outras coisas como figuras geométricas.” (G. C. M.)

Todos os alunos tinham que está com o material, por isso a dificuldade de alguns em continuar os estudos, pois faltavam os recursos. O relato do idoso entrevistado por SANTOS (2010), narra os materiais usados e afirma que tudo este era providenciado pelos pais:

“Todos os alunos levavam seu material escolar para a escola. Eu lia e escrevia o ditado que a professora passava que era muito mais fácil de aprender de que com os livros. Existiam as cartilhas diferenciadas por primeiro livro, segundo livro e terceiro livro, tinha também o caderno de caligrafia, lembro também que escrevia em uma “pedra” como um quadro e nessa “pedra” escrevia com lápis “creão” só depois que passava para o

caderno “avante” que era um caderno com poucas folhas, caso estivesse tudo certo. Agente estudava também com a carta do ABC e a tabuada, tudo era os pais que comprava”.

Outra contradição muito relatada pelos idosos é a questão dos castigos físicos, que foram proibidos no início da República, mas ainda eram muito usados. Nesta época se difundiram idéias contra os recursos de tortura, baseados nos estudos de J.J. Rousseau e Pestalozzi, porém os castigos físicos foram muito utilizados em todo o século XX. Nos relatos dos idosos, o castigo que eles mais falam é a palmatória, que foi os mais usados entre os professores, porém havia muitos outros, como por exemplo, a orelha de burro, ficar de joelho no milho, eram proibidos de ir ao recreio. Esses castigos eram usados com a finalidade de manter a disciplina na escola e na vida social, pois estes eram usados também em casa pelos pais.

Se eu desobedecesse a professora na sala de aula ela me colocava em pé por mais de duas horas, sem recreio, ela deixava todos com vergonha. Minha maior vergonha foi um dia que ela estava ensinando agente a marchar para o desfile de sete de setembro, só que eu não conseguia marchar direito então ela me pegou pelos meus cabelos, me jogou nos bancos da sala e meteu a régua de madeira nas minhas costas deixando várias marcas, então minha mãe me tirou da escola, nessa época eu estudava na terceira série (ANTUNES, 2009)

As poucas oportunidades de estudo, aliadas com a baixa qualidade da escola e da educação oferecida e o pouco uso na vida rural levava muito deles a se contentarem apenas em aprender a menos a escrever o próprio nome. Este pouco já ajudava a não se envergonhar na frente dos demais ao ter que usar o polegar para substituir a assinatura, como afirma o idoso entrevistado por Coimbra (2009), “É muito ruim e às vezes fico com vergonha, porque têm pessoas que me olha com uma cara estranha e quando saiu sozinho, dependo da solidariedade das pessoas”. Outro entrevistado diz “Não é bom ser analfabeto, é muito difícil arrumar um emprego, a pessoa sem estudo só passa vergonha, tem que perguntar para os outros o nome do ônibus, os preços das coisas nas lojas. A pessoa com estudo é inteligente, sabe das coisas. Sem estudo não é nada” (SENA, 2009). Este discurso está presente na maioria dos relatos dos idosos analfabetos, segundo eles, a vergonha e a dependência os acompanham.

Já em outra entrevista, a senhora sentia-se feliz pela oportunidade de passar pela escola, mesmo que por pouco tempo. “Estudei pouco, mas o que aprendi irei levar por toda a minha vida, pois ao contrario dos dias atuais, quando falava que tinha aprendido é porque tinha certeza de que se a professora me perguntasse novamente saberia

responder.” (PEIXOTO, 2009).

Em geral, essas escolas não eram ofertadas pelo poder público. Quando os recursos financeiros de seus pais se esgotavam, eles desistiam de estudar e voltavam ao trabalho na roça, cuidando da agricultura que era de onde viria o sustento. Para o entrevistado, o pouco que estudou era suficiente para conseguir se manter: “Sei somar, dividir, multiplicar, subtrair e ler um pouco... não preciso de mais nada, o pouco que aprendi na escola é o suficiente para tal trabalho”.

Vale ressaltar que em grande parte dos relatos, principalmente das mulheres analfabetas, há uma valorização da profissão docente, eles afirmam que se tivessem tido a oportunidade de ter estudado e pudessem ter uma profissão decente e qualificada, eles queriam ser professores.

Eu queria muito aprender a ler a escrever pois eu sonhava de ser professora. Achava importante saber das coisas ensinar o que sabia, eu admirava tudo isso. Se eu tivesse estudado eu ia me esforçar pra conseguir realizar esse sonho. Quem não sabe ler é dependente dos outros, sempre tá precisando dos outros. (SANTOS, 2010)

A moralidade sertaneja é muito presente na vida rural e conseqüentemente ela passou a fazer parte da escola, da educação escolarizada e em alguns casos esteve presente por não permitir o acesso de muitos e muitas a essa escolarização, fazendo deles analfabetos, incapazes, incompletos, irrealizados e envergonhados.

Conclusão

Os relatos de idosos nascidos na zona rural de Alagoas mostram que a educação nessa região ainda é desvalorizada tanto pelas autoridades, quanto por alguns sujeitos ainda viventes dessa região que é tão esquecida por todos. As memórias descritas por essas pessoas ressaltam que embora a constituição assegure esse direito a todos, a educação rural ainda está muito aquém da realidade do nosso país, tanto em qualidade quanto em quantidade.

Lembrar essa fase da história da educação rural, recuperando e valorizando essas memórias graças a História Oral é uma tarefa um tanto gratificante, pois conhecer fatos marcantes da história através das lembranças dos idosos é a única forma que temos para reconstruir o passado neste contexto.

Os relatos dos idosos revelam traços da moralidade sertaneja na educação deles,

que apesar de ser uma educação escolarizada a moral está muito presente e é visível, revelam também que esses idosos formularam várias noções de escola e educação. Podemos observar a valorização que é dada, pelas autoridades e pelos sertanejos, as pessoas alfabetizadas e que já estava presente na época em que eram crianças e deveriam está na escola, porém ao mesmo tempo o vemos o descaso do Estado e a despreocupação da família que seguia em uma herança do analfabetismo. Juntamente a toda essa valorização, observamos a desvalorização, exclusão e a marginalização dos analfabetos que eram vistos com vermes, inúteis, incompetentes, a vergonha do país, segundo FREIRE (1993), e eles próprios sentem-se dessa forma.

Referências

- AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BEZERRA, Eline Santos. *Uma história de interesse*. Maceió, CEDU/UFAL, 2009
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999
- COIMBRA, Aline Régia Silva. *Relatório do idoso*. CEDU/UFAL. Maceió, 2009.
- FERREIRA, Gilvanda de Souza. *A inacessibilidade à educação na zona rural de Alagoas*. CEDU/UFAL. Maceió: 2009
- FREIRE, Ana Maria Araújo. Período republicano da crise do poder da oligarquia cafeeira ou da efervescência da revolução burguesa (1920-1930). In: *Analfabetismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 207-237
- GRIGÓRIO, Luysla Braga. *Relatório do idoso*. CEDU/UFAL. Maceió:2009
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza:

Imprensa Universitária, 2003.

PEIXOTO, Roberta Cassiano. *Tão curta a vida, para tão grandes sonhos*.
CEDU/UFAL. Maceió: 2009

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 33ª Ed. Rio, São Paulo: Record, 1998

SANTOS, Daniele. Relatório do idoso. CEDU/UFAL. Maceió: 2009

SANTOS, Valéria Cristina Gomes. *Educação: um caminho estreito para muitos*.
CEDU/UFAL. Maceió: 2009.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Tradução de Lólio Lourenço de
Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, José Geraldo; MAGALHÃES Jr., Antônio Germano (orgs).
Memórias no Plural. Fortaleza: LCR, 2001

VIEIRA, M.; PEIXOTO, M.; KHOURY, Y. *A Pesquisa em História*. 3 ed. São Paulo:
Ática, 1995.